

A leitura da crise econômica de alguns marxistas franceses

Rosa Maria Marques¹

Resumo

Este artigo¹ trata das interpretações das raízes da crise econômica mundial, na leitura de Michel Husson, François Chesnais, Alain Bihr² e Louis Gill³. Seu objetivo é identificar os fundamentos teóricos que levaram a esses marxistas de língua francesa, que até há pouco tempo pareciam se completar na caracterização do capitalismo mundial, a terem interpretações tão diversas sobre a crise.

Palavras-chave: crise econômica; Husson; Chesnais; Bihr; Gill

Classificação JEL: B, 51; G01

Introdução

No momento em que a crise iniciada nos Estados Unidos tomou dimensões mundiais, tocando diretamente as principais economias dos países centrais e constringendo o desempenho de vários outros países, os economistas de todos os matizes teóricos foram convidados a se posicionar sobre quais seriam as melhores medidas para fazer frente a ela. Mas, tal como o medicamento e os procedimentos prescritos por um médico dependem de seu diagnóstico, os economistas precisaram, antes de tudo, buscar as raízes da crise, procurar entender de que forma a economia mundial vinha funcionando no período anterior e descrever seus mecanismos de propagação.

¹ Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de pós-graduação em Economia Política de São Paulo.

Até o momento da eclosão da crise, nos meios marxistas, principalmente junto àqueles de língua francesa, a diferentes análises sobre o capital contemporâneo pareciam se completar. É assim que eles caracterizavam o período iniciado em 1980 como um regime sob dominância do capital portador de juros, onde os investidores institucionais eram seus principais atores (Chesnais, 2005); enfatizavam o poder do acionista, que na busca por maior rentabilidade impunha sua lógica de curto prazo nas determinações das empresas (Pilihon, 2005); falavam do surgimento de um novo acordo entre os altos executivos das empresas e os acionistas, em substituição ao que vigorou nos trinta anos após a Segunda Guerra Mundial, (Duménil e Lévy, 2006) e definiam o período dominado pela finança como de baixa acumulação (Husson, 2006).

Esses pesquisadores, entre outros, tiveram seus trabalhos bastante divulgados no Brasil, seja mediante a publicação de seus artigos em periódicos ou reunidos em coletâneas coletivas, seja mediante suas participações em encontros e congressos brasileiros, para os quais eram convidados. E eles muito contribuíram para o entendimento de diferentes aspectos da realidade econômica do capitalismo pós 1980, quando os mercados foram desregulamentados e a finança passou a ter livre trânsito no cenário mundial. Foi através deles que se consolidou a idéia de que a dominância do capital portador de juros na economia contemporânea e o desenvolvimento do capital fictício foram resultado, entre outros fatores, do papel jogado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra na desregulamentação financeira, na descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e na desintermediação financeira⁴, condição sem a qual não haveria essa dominância; e da adoção de políticas que favorecem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. É a partir de suas interpretações sobre o momento vivenciado pelo capitalismo nos anos 1970 e 1980, mas especialmente da leitura de Chesnais (op. cit), que se compreende que, findo o acordo de Bretton Woods, instala-se a desregulamentação e a liberação dos movimentos e fluxos de capitais por todo o mundo. Assim, com o fim do regime de taxas fixas de câmbio, os fluxos de capital foram sendo desregulados até a plena liberalização por quase todo o mundo, formando mercados integrados de moedas e capitais

que, com o avanço das redes de computadores, permitiram a realização de negócios entre vários países quase em tempo real. Ao mesmo tempo, aceleraram as transferências de capitais de uma parte para outra do mundo, cujos mercados financeiros integrados funcionam vinte e quatro horas por dia.

A gestão desses capitais passou a ser feita pelos fundos de investimentos, pelos fundos de *hedge* ou por instituições bancárias que, por um lado, captavam recursos de empresas, de outras instituições, como os fundos de pensão, e de qualquer pessoa física que dispusesse de alguma poupança individual; por outro, buscavam todas as formas possíveis de aplicações que oferecesse o melhor rendimento. As empresas assistiram a introdução da chamada governança corporativa, na qual foi ampliado o poder dos acionistas minoritários, formados por grandes investidores que compram pequenas partes das ações de uma empresa com o fim único de obter maiores dividendos ou ganhos de capital. Os executivos passaram a ter uma parte de sua remuneração atrelada ao preço futuro das ações da empresa, as *stock-options*⁵, sendo, então, incentivados a obter uma valorização contínua dessas ações, um aumento do capital fictício, seja através de melhor desempenho da empresa ou de qualquer outra forma, inclusive fraude e falcaturas⁶. Dessa forma, o crescimento do capital fictício nas bolsas de valores de todo o mundo sofreu uma aceleração que levou o valor acionário das empresas de capital aberto a um montante sem nenhuma relação com seu patrimônio ou sua rentabilidade real. Ao lado disso, derivativos de toda ordem foram criados, elevando o valor dos ativos transacionados mundialmente a patamares astronômicos, sem guardar relação com a produção mundial.

No momento em que a crise se tornou aberta, contudo, os enfoques e as ênfases desses autores, que antes podiam ser considerados parte de numa totalidade, como aspectos ou olhares de um mesmo objeto, ganharam uma dimensão maior e não mais se completam e, até mesmo, se excluem.

Este artigo tem como objetivo sistematizar a discussão da crise atual realizada por alguns desses autores, salientando o fio condutor de suas análises e seus pontos em comum e/ou divergentes. Os autores estudados são Michel Husson, Alain Bihl, François Chesnais e Louis

Gill. Sabe-se que esses autores estão longe de esgotar a contribuição dada pelos marxistas a respeito da crise. Mesmo assim, dada a divulgação entre os economistas brasileiros e da América Latina do pensamento de pelo menos dois entre esses marxistas – a saber, Michel Husson e François Chesnais –, espera-se, com isso, estar contribuindo para a compreensão da realidade atual.

O pensamento de Michel Husson

O estudo do pensamento de Michel Husson foi baseado em seis contribuições recentes desse autor: *Finance, hyper-concurrence et reproduction du capital* (op. cit.); *Les enjeux de la crise* (2008a); *États-Unis: la fin d'un modèle* (2008b); *La trajectoire de la crise* (2008c); *Le dogmatisme n'est pas un marxisme* (2009a) e *Les coûts historiques d'Andrew Kliman* (2009b)

No primeiro texto, escrito quando a crise não havia ainda sido deflagrada, Husson inicia apresentando sua interpretação dos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para alguns países.⁷ Para ele, a taxa de lucro estaria crescendo desde 1985, sem que isso fosse acompanhado por um aumento contínuo e generalizado da acumulação, o que resultou em crescimento medíocre e expansão fraca da produtividade. O lucro não acumulado (investido) estaria sendo distribuído, o que alimentaria a demanda por ativos de toda ordem e elevaria ainda mais a participação das rendas financeiras na renda dos países (enquanto os salários aí perdiam participação). A divergência entre a evolução da taxa de lucro e da taxa de acumulação seria, segundo o autor, um fenômeno inédito, pois anteriormente as altas ou baixas da taxa de lucro repercutiam diretamente, de maneira mais ou menos defasada, sobre a taxa de acumulação.

Essa situação teria ocorrido *pari passu* à financeirização da economia, a qual teria provocado uma mudança significativa no espaço da valorização do capital, diminuindo os limites setoriais e geográficos da equalização da taxa de lucro e concedendo liberdade quase total para a circulação dos capitais. Diz Husson:

"A finança é o meio de endurecer as leis da concorrência, tornando fluidos os deslocamentos do capital: é a função essencial que ela exerce" (op. cit. p. 233). Na medida em que o espaço para a valorização passa a ser o planeta (considerando a mobilidade conquistada pelo capital), os trabalhadores foram colocados em concorrência no plano mundial e as normas de exploração do trabalho tenderam a se igualar. A ampliação do espaço no qual os capitais se confrontam determina que o processo de equalização da taxa de lucro ocorra dentro de limites cada vez mais estreitos, seja intra ou intersetorialmente. No plano de um setor, diz Husson, "assiste-se à formação de um preço mundial de referência do qual é mais difícil de se distanciar e que tende a se alinhar (para baixo) ao preço mínimo e não ao preço médio definido por cada zona econômica." (idem, p. 234).

Em relação à política salarial, Husson destaca sua alteração radical em relação à prática dos trinta anos gloriosos: no lugar dos aumentos reais que acompanhavam a expansão da produtividade, os salários manteriam somente seu poder de compra. Em termos de taxa de exploração, diz ele, haveria um aumento contínuo, pois a parte dos salários diminui em relação ao trabalho não pago. Quanto ao emprego, a relação entre a finança e o capital produtivo (que imporá uma alta rentabilidade para todas as plantas e setores de uma mesma empresa, sem considerar se a atividade é meio ou fim), bem como a acumulação baixa e o crescimento fraco, num contexto de concorrência exacerbada, determina a manutenção do desemprego de massa. O autor mostra, ainda, como, a partir dos anos 1980, a taxa de desemprego e a evolução da *taxa de financeirização* apresentam extrema correlação, sendo esta última definida como a diferença entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação.

Nesse quadro, as condições de reprodução do capital estariam asseguradas por uma taxa de acumulação relativamente pouco elevada, bastante inferior à da taxa de lucro. A isso ele chama de *equilíbrio de sub-acumulação*. O comportamento pouco dinâmico do investimento seria explicado por: a) o consumo dos ricos é um substituto imperfeito do consumo salarial; b) a fixação de uma norma de competitividade muito elevada tenderia a "desvalorizar" os projetos de investimentos cujas taxas de rendimento são insuficientes e

conduziria as empresas a distribuir seus lucros (op. cit., p. 244-245). Assim, o aumento da taxa de exploração e a busca de uma rentabilidade máxima estariam em contradição, dada a situação de mercados restringidos. Segundo Husson, essa interpretação do capitalismo contemporâneo estaria bastante distante daquela que simplesmente afirma que a punção da finança sobre o capital produtivo estaria inviabilizando a reprodução do capital. Segundo Husson:

“Colocar em destaque somente a financeirização equivale então à subestimar o caráter sistêmico largamente inédito dos (des) funcionamentos atuais do capitalismo, no qual o desemprego de massa é a manifestação mais evidente. Esse fenômeno recoloca no fundo uma contradição essencial, e mais uma vez, relativamente nova em suas formas de expressão, que consiste do capital negar-se a satisfazer uma parte crescente das necessidades sociais, porque elas evoluem de uma maneira que se destaca mais e mais de seus critérios de escolha e de eficácia. A financeirização é, então, uma manifestação associada a esta configuração, cuja base objetiva reside na existência de uma massa crescente de mais valia que não encontra oportunidades de ser investida de maneira “produtiva” e engendra então a financeirização como meio de reciclar essas massas de valor em direção ao consumo dos rentistas.” (op. cit., p.245)

E ainda:

A finança é, ao mesmo tempo, um meio de preencher (parcialmente) esta diferença, e um dos principais instrumentos que permitiram estabelecer esta nova configuração de conjunto. Ela não é, então, uma doença que viria “gangrenar” um corpo sadio, mas o sintoma de uma crise que toca aos princípios essenciais do capitalismo (op. cit. 245).

Mas o que teria garantido o equilíbrio de sub-acumulação? A isso o autor responde de forma clara e direta no texto *Les Enjeux de la crise*. Diz Husson:

“Se a parte dos salários baixa e se o investimento estagna, quem vai comprar a produção? Dito de outra forma, quais são os esquemas de reprodução compatíveis com esse novo modelo? A esta questão só há uma resposta possível: o consumo derivado das rendas não salariais deve compensar a estagnação do consumo salarial. E foi isso que aconteceu.” (2008a).

Nesse texto, ao analisar a situação dos Estados Unidos, o autor destaca que o crescimento dos últimos dez anos foi impulsionado pela expansão do consumo das famílias, que aumentou a participação na demanda agregada de 67,1% para 71,6%.⁸ Mas essa expansão foi devida principalmente ao comportamento da população 20% mais rica, cujos gastos foram determinados não só por sua renda corrente, mas também pelo valor líquido de seu patrimônio. Este último cresceu bem mais do que a renda corrente e valorizou-se devido à expansão e acumulação das rendas financeiras, ao aumento do preço dos ativos e ao desenvolvimento do mercado hipotecário. A taxa de crescimento do consumo acompanhou de perto a evolução dessa riqueza, ocorrendo a uma taxa um pouco inferior a ela (Husson, 2008b).

Mas essa atitude “contagiou” setores menos favorecidos:

“tomado de um verdadeiro frenesi de consumo, fundado sobre a valorização de seu patrimônio, e que até se endividou para consumir ainda mais. As famílias menos favorecidas se endividaram também, com a expansão do crédito para o consumo ou hipotecário, (...) mas tudo se passa como se o crescimento fosse uma excrecência, impulsionada pelo consumo de uma minoria estreita, deixando de lado a maioria da população. Trata-se, então, de um modelo muito específico, no qual os mais ricos acumulam as vantagens: mais renda, mais riqueza patrimonial e mais consumo” (op. cit. p. 5 e 6).

Já na Europa, para o mesmo período, a participação do consumo se manteve constante na demanda agregada, apesar da queda acentuada da participação dos salários na renda. Essa queda teve início em 1982, com recuperação parcial nos anos 1991 a 1993. Segundo Husson, a diferença entre a parte salários e a parte consumo é dada

pelo destino da diferença entre o lucro e a acumulação (investimento). Assim, a mais valia não acumulada garante a manutenção do nível do consumo. Dito de outra maneira: "... a reprodução somente é possível se o consumo dos rentistas sustenta o dos salários..." (op. cit. 2008a, p. 2).

Para esse autor, a crise iniciada em 2008 tem dois conteúdos que podem ser entendidos como complementares. O primeiro é que ela indicaria que o modelo neoliberal teria entrado em crise. Esse modelo, que seria caracterizado essencialmente por baixar continuamente a participação dos salários na renda, tinha um problema de realização, pois, frente aos salários congelados, a venda de uma produção em alta precisava ser assegurada pelas rendas financeiras (op. cit. 2008c). O segundo conteúdo decorre de a acumulação constituir uma proporção cada vez menor dos lucros, o que destaca o caráter sistêmico da crise atual, pois haveria uma diferença crescente entre as necessidades sociais da humanidade e o critério de rentabilidade máxima adotado pelos capitalistas. Essa rentabilidade seria resultado da ampliação do espaço de valorização do capital, onde a hiper concorrência no plano mundial desautorizaria produções não alinhadas àquelas de maior produtividade e lucro (op. cit. 2006 e 2008a). Assim sintetiza Husson seu pensamento sobre a crise sistêmica:

"Nessas condições, a reprodução do sistema passa por um duplo movimento, de extensão do domínio da mercadoria e da recusa de responder a necessidades não rentáveis. O capitalismo contemporâneo reuniu, então, as condições que ele reivindica para um funcionamento ótimo de seu ponto de vista. Mais que uma melhoria do bem estar social, a concorrência pura e perfeita – desembaraçada das regulamentações, da rigidez e de outras distorções – faz aparecer uma ausência total de legitimidade, pois a regressão social é explicitamente reivindicada como a principal condição de sucesso do sistema. Nesse quadro, a finança não é somente a contrapartida de uma exploração aguda dos trabalhadores, ela é também um escape para os capitais à procura da rentabilidade máxima. As exigências desmesuradas de rentabilidade que ela impõe à economia real reforçam, por sua vez, o fraco dinamismo do investimento e as desigualdades sociais como condições de reprodução do sistema". (op. cit., 2008a, p. 4 e 5)

Dessa forma, a crise sistêmica é entendida por ele como uma crise de legitimidade, dado que o capital é incapaz, ou mesmo se nega, a atender as necessidades da espécie humana. Nesse ponto, Husson chega a perguntar: “O capitalismo tem necessidade de uma taxa de lucro em queda?” (para entrar em crise – nota minha). É completa dizendo: “o capitalismo pode estar em crise sem que ele se beneficie de taxas de lucro muito elevada” (2009b, p. 7).

No texto *Le dogmatisme n'est pas un marxisme*, Husson responde às críticas feitas por vários marxistas, entre eles, François Chesnais e Louis Gill, em relação a sua tese de que o capitalismo sob o neoliberalismo teria provocado um excesso de lucro e um problema de realização. Esse texto é, no entanto, mais político do que econômico. Por isso, somente aqui é registrado que nele Husson, ao iniciar sua resposta à interpretação de que a crise teria sido provocada pela tendência à queda da taxa de lucro, ironiza: frente a indignação dos trabalhadores frente a seus salários indecentes, os “doutores” marxistas têm a dizer que a crise se deve à queda da taxa de lucro daqueles que o exploram, reafirmando, logo a seguir, que todas as estatísticas mostram que, depois da metade dos anos 1980, a taxa de lucro tem aumentado tendencialmente. Além disso, reclama, tentando se apoiar em Mandel, que as crises combinam sempre múltiplos fatores e destaca que a contribuição de Bihr é testemunha de uma interpretação multidimensional da crise.

O pensamento de Alain Bihr

Para sintetizar o pensamento de Alain Bihr, são aqui utilizados três de seus textos: *Le triomphe catastrophique du néolibéralisme* (2008a) e *La croisée des chemins* (2008b) e *À propos d'un excès de plus-value* (2009).

No primeiro texto, Bihr analisa, primeiramente, os motivos imediatos da crise, isto é, o processo associado aos empréstimos *subprime* e sua inter-relação com o sistema bancário e com ativos de todo o tipo. A seguir, descreve os mecanismos da passagem da crise da “economia fictícia” para economia mundial, bem como defende que estaríamos assistindo o crepúsculo do neoliberalismo, pois a crise

estaria demonstrando que a finança não é capaz de se auto-regular e que ela, deixada sem controle, gera o acúmulo de capital fictício, cujas bolhas explodem de tempos em tempos, abalando o conjunto do sistema capitalista.

Na terceira parte do artigo, contudo, o autor afirma que o neoliberalismo está começando a falir não só devido à desregulamentação que empreendeu em nível mundial, mas principalmente em função do objetivo oculto perseguido pela desregulamentação: o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, para fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro que levou o "capital fordista" a entrar em recessão depois da crise dos anos 1970. Isso teria sido obtido mediante o aumento da duração, da intensidade e da produtividade do trabalho, bem como o impedimento da evolução dos salários reais. Para isso concorreram: a manutenção de elevadas taxas de desemprego; o desenvolvimento do trabalho precário; a ampliação do uso de contratos individuais no lugar de contratos coletivos; e o deslocamento de plantas industriais para outros países onde as condições de reprodução da força de trabalho são mais favoráveis ao capital. Tudo isso resultou na queda da participação dos salários no valor adicionado bruto das empresas industriais e comerciais.

Mas, segundo Bihr, foi exatamente este sucesso do neoliberalismo, isto é, em diminuir o peso dos salários no valor adicionado bruto das empresas, que teria reunido as condições da crise atual, na qual, na melhor das hipóteses, a desregulamentação haveria somente ampliado. Para ele, a compressão do salário teria afetado um dos principais fatores da demanda final, dificultando a reprodução do capital e engendrando as condições de uma crise de superprodução. Diz o autor:

"A adoção de políticas neoliberais, sua implantação resolúta e sua continuação metódica durante quase trinta anos, teriam, então, produzido esse primeiro efeito de criar as condições de uma crise de superprodução, ao comprimir muito os salários: em resumo, uma crise de super produção pelo subconsumo relativo dos salários".

Ao mesmo tempo, prossegue Bihr, a compressão dos salários, que havia propiciado o aumento da mais valia (absoluta e relativa) e permitido melhorar a lucratividade do capital industrial e comercial, tornando possível a retomada da acumulação a partir do início dos anos 1980, ao introduzir dificuldades crescentes no escoamento da produção, levou à evolução singular da acumulação do capital. Essa evolução caracterizar-se-ia por sucessivas situações de *stop and go* e por, principalmente, uma taxa de acumulação inferior à taxa de lucro. Esse último aspecto já havia sido destacado por Husson, como visto anteriormente. Diz Bihr:

“Em resumo, os lucros excedem o que as empresas têm necessidade para financiar seus investimentos: mais exatamente, o que eles podem investir estando dadas as condições impostas à produção pela insuficiência dos mercados devido à contração da parte dos salários no “valor adicionado””.

Bihr destaca que a insuficiência de mercado foi em parte minimizada pelo crescimento considerável da indústria de luxo ocorrido nas últimas duas décadas. Esse crescimento, sinal do enriquecimento de todas as classes e camadas sociais que vivem da mais valia, constituiria uma dimensão específica da crise latente de superprodução porque indicaria que uma parte cada vez maior da mais valia não estava em condições de se converter em capital adicional. Esta mais-valia *excedente* (grifo nosso) seria, em parte, dilapidada sob a forma de consumo de luxo e, em parte, aplicada em ativos fictícios na busca de uma valorização substantiva, o que alimentaria, mais uma vez, o consumo de luxo. Essa abordagem é a mesma feita por Husson, com outras palavras.

Assim, o crescimento do consumo de luxo e do capital fictício seriam sinais de uma profunda doença da “economia real”: uma acumulação cada vez mais difícil devido à insuficiência de demanda provocada pelo subconsumo dos assalariados. Nessas condições, era inevitável a repetição cada vez mais freqüente e em escala crescente das crises financeiras, pois elas eram o resultado do sobre investimento maciço de um capital dinheiro potencial que, sem poder

se dirigir à economia real, esteve sempre pronto a ser utilizado no mercado especulativo de todos os tipos.

No texto *A la croisée des chemins*, Bihr aprofunda a relação entre as crises dos empréstimos *subprimes* e a dos anos 1970, ao dizer que, na medida em que as dificuldades da economia real foram provocadas pela reação do capital na tentativa de recompor sua taxa média de lucro, a crise iniciada pelos empréstimos *subprimes* seria a última fase da crise estrutural em que o capitalismo havia entrado na metade dos anos 1970. Desse modo, o neoliberalismo não teria resolvido as contradições internas da reprodução do capital que se manifestaram naqueles anos. O que ele fez foi modificar sua “aparência e componente principal: a crise de superprodução, que se manifestava por uma baixa contínua da taxa de lucro, se manifesta, a partir deste momento, sob a forma da insuficiência crescente da demanda devido à queda contínua do poder de compra dos assalariados....”(Bihr, 2008b).

A afirmação de Bihr sobre a existência de mais valia em excesso e sua interpretação de que a crise seria de realização, provocada pelo subconsumo dos trabalhadores recebeu críticas de François Chesnais e de Louis Gill. Em resposta ao primeiro, escreveu *À propos d'un excès de plus-value* (2009), onde detalha os fundamentos de sua afirmação sobre o excesso de mais valia.

Nesse artigo, Bihr primeiro retoma o que Marx havia analisado sobre a reprodução ampliada do capital, destacando que o capital deve necessariamente acumular-se pela conversão de parte da mais valia em capital adicional e que essa acumulação deve ocorrer de forma intensiva, isto é, fundada na produtividade do trabalho. Isso resulta no aumento da composição orgânica do capital, de forma que a taxa de lucro tende a cair, o que conduz à desaceleração, seguida de parada da acumulação do capital. Logo a seguir, contudo, diz que há outro aspecto do impacto do aumento da produtividade do trabalho que irá resultar no mesmo: quando a parte dos salários no “valor agregado” diminui. Nesse caso, segundo o autor, havendo diminuição de uma das fontes essenciais da demanda final, uma parte cada vez maior do produto social deve ser “trocada” por capital constante e por mais valia (na forma de consumo ou de capital adicional). Diz ele:

Nestas condições, é inevitável que os equilíbrios entre as seções produtivas, que Marx distingue em seus célebres esquemas da circulação e reprodução do capital social expostas na seção III do Livro II de *O Capital*, terminem por se encontrarem perturbados; mais precisamente, a acumulação na seção II (produtora de meios de consumo) não consegue seguir o ritmo imposto pela seção I (produtora de meios de produção); a acumulação na seção II se encontra freada pela insuficiência de mercados e esta desaceleração somente pode repercutir, mais ou menos rápida e brutalmente, sobre a seção I. O prosseguimento da acumulação do capital social tropeça esta vez, já não com a insuficiência de mais valia em relação com a massa de capital a se valorizar, mas com a insuficiência da demanda final em relação com a massa de capital mercadoria a realizar devido à diminuição da parte dos salários no “valor agregado”.

Assim, prossegue Bihr:

“Mas dizer que os salários estão em falta (relativa) na distribuição do ‘valor agregado’ entre trabalho e capital equivale implicitamente a dizer que a mais valia está ali em excesso, pois a distribuição do ‘valor agregado’ se realiza rigorosamente entre os dois.”

A crítica ao pensamento de Michel Husson e Alain Bihr

A crítica feita por Chesnais à interpretação de Husson e de Bihr sobre a crise está explicitada especialmente em seu artigo *La récession mondiale: moment, interprétations et enjeux de la crise*, de dezembro de 2008. Inicialmente, na parte dedicada à descrição da crise, Chesnais, diferentemente de Bihr, não faz referência à crise do capital que teria iniciado em meados dos anos 1970. Para ele, a crise havia começado na esfera financeira em 2007 e tinha se transformado em crise de superprodução (op. cit., p. 4). Mais adiante, essa idéia é reforçada, dizendo que “A crise financeira continua fazendo seu trabalho, mas a crise de superprodução começou. Está-se, então, numa crise análoga àquela de 1929, mesmo se a cronologia é diferente.” (idem, p. 5). E ainda “A crise atual de superacumulação, consecutiva a

uma superacumulação de capital, se manifesta ao final de uma longa fase (mais de cinquenta anos) de acumulação quase ininterrupta, a mais longa fase desse tipo de toda história do capitalismo” (ibidem, p. 9-10). A superacumulação de meios de produção havida nos anos 1974-1976 teria se restringido, para o autor, especialmente aos Estados Unidos e à Inglaterra. Diferentemente daquela dos anos 1970, essa estaria afetando a economia mundial.

Mas é interessante destacar que ele situa exatamente a partir da metade dos anos 1970 o momento em que ocorre uma forte centralização e “acumulação” do capital portador de juros, quando as seguradoras e os fundos de pensão e de aplicação ganharam relevância. É nesse ponto que as críticas de Chesnais a Husson são explicitadas. A primeira, de que Husson, no lugar de usar capital portador de juros, falaria de capitais “livres”¹⁰, sem precisar no que consistiria essa liberdade em um universo onde a liberalização e a desregulamentação são gerais, beneficiando todos os tipos de capitais. A segunda, que Husson destacaria apenas os lucros não investidos como fonte dessa centralização, sinalizando que não compreenderia a importância da financeirização no capitalismo contemporâneo¹¹. Diz Chesnais: “não se pode compreender a aceleração da crise mundial, na qual os Estados Unidos estão no centro, sem conceder a grande importância a essas fontes da ‘financeirização’ e as suas conseqüências.” (op. cit., p. 6).

A terceira crítica, dirigida tanto a Bihr como a Husson (na medida em que esse endossa a leitura de Bihr, como exposto anteriormente), trata do entendimento de que a contração dos salários no valor adicionado resultou na redução do consumo dos trabalhadores e que esta teria provocado a crise, que seria de realização. No entendimento de Chesnais, a consequência lógica disso seria a formulação de propostas (para sair da crise) de cunho keynesianas, que não dariam conta dos problemas colocados pela relação de dominação capitalista, em uma economia liberalizada e mundializada. Para ele, sem colocar em xeque a liberalização, nenhuma outra medida terá efeito duradouro, sem esquecer que a manutenção do poder de compra dos salários faz parte da luta obrigatória dos trabalhadores, em qualquer situação. Além disso, sobre a caracterização da crise como de realização, Chesnais diz, retomando Marx:

“Um sistema no qual a taxa de acumulação estagna ou recua é um sistema que vai ser confrontado rapidamente a uma penúria de mais-valia. O fato de os capitalistas a apreenderem sob a forma de estreiteza do mercado e de dificuldades de realização de mais valia que eles gostariam de se apropriar, traduz sua cegueira face às contradições do sistema”. (op. cit. 10)

A quarta crítica, diz respeito à idéia de Bihr de que haveria um excesso de mais valia, o que seria atestado pela diferença crescente entre os lucros e a taxa de acumulação, tal como defende Husson. Para Chesnais, essa afirmação implica em colocar de cabeça para baixo o que Marx analisou em sua obra, onde o capital, engajado em um movimento de valorização sem fim, se choca com uma insuficiência crônica de mais valia e não com um excesso de mais valia. Quanto ao fato de a taxa de acumulação ser menor do que a de lucro, Chesnais lembra que houve um deslocamento dos investimentos para outros países, em especial para a China. No entendimento dele, portanto, o lucro teria sido reinvestido, com a diferença de que não em seu país de origem.

A crítica e a posição de Louis Gill estão baseadas em dois de seus artigos: *À l'origine des crises: surproduction ou sous-consommation?* (2009) e *Les faux pas d'Alain Bihr, les dérives de Michel Husson* (2010). No primeiro texto, Gill retoma que, para Marx, as crises são de superprodução de capital e de mercadorias e não crises de subconsumo, cuja origem se encontraria na insuficiência de salários. Para isso, lembra que um aumento de produtividade, que permite uma elevação crescente de valores de uso, toma a forma social específica de uma produção restrita de mais valia (dada a redução relativa da força de trabalho no processo produtivo associada a esse aumento da produtividade), a despeito de uma elevação da taxa de mais valia, isto é, do que Bihr chama de redução dos salários no “valor adicionado”. Assim, diz Gill: para se valorizar, o capital deve se transformar em meio de produção e aumentar a produtividade do trabalho, mas sua valorização, que está determinada pela relação entre trabalho necessário e excedente, é cada vez mais difícil na medida em que – como diz Marx – a capacidade produtiva se desenvolve.

Gill lembra, ainda que essa realidade da produção capitalista, que é apresentada no Livro I de *O Capital* (aquela do “capital em geral” que faz frente ao “trabalho em geral”), se manifesta, no nível da abstração do Livro III (aquele dos capitais particulares e da concorrência), sob a forma de uma tendência à queda da taxa de lucro. Diz ele:

Isso coloca em evidência o fato singular que a taxa de lucro tende a cair, não porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque ele torna-se mais produtivo. Como diz Marx, a tendência à queda da taxa de lucro é “simplesmente uma maneira, própria do modo de produção capitalista, de expressar o progresso da produtividade social do trabalho”. A dificuldade crescente de valorização do capital se expressa, em última análise, em uma queda efetiva da taxa de lucro, em um enfraquecimento ou uma parada da acumulação, na “superprodução, especulação, crises, a constituição do capital excedente ao lado de uma população excedente” (op. cit, p. 225).

Dessa forma, segue Gill:

“... as crises são a expressão da corrida contra o relógio entre a queda tendencial da taxa de lucro e a alta da taxa da mais valia e da composição orgânica do capital. Elas são a manifestação periódica de uma valorização insuficiente do capital. Elas marcam uma parada ou um enfraquecimento da acumulação, cuja função é de restabelecer as condições de uma rentabilidade suficiente do capital e de permitir a retomada da acumulação. (...) elas são um fenômeno cuja origem se situa ao nível da produção de mais valia e não ao nível do mercado. Neste último é onde se vendem as mercadorias e se realizam os valores produzidos, mesmo se elas se manifestam necessariamente como um fenômeno de mercado” (idem, p. 4).

Para enfatizar essa sua compreensão, Gill lembra que as desproporcionalidades entre os setores e o desequilíbrio entre produção e consumo são fatos permanentes na economia capitalista, na qual somente excepcionalmente e por pura sorte o equilíbrio é realizado. Daí ser impossível que um fenômeno permanente da produção capitalista possa explicar as crises. No caso do subconsumo, diz o autor, além dele não ser o elemento causador da crise, ele é uma

condição da acumulação. Além disso, prossegue Gill, explicar a crise de superprodução pela insuficiência do consumo (como faz Bihr, nota minha) é considerar a superprodução e o subconsumo como expressões equivalentes de um mesmo fenômeno, o que não é. Isso porque a superprodução geral de mercadorias não é unicamente uma superprodução de bens de consumo, mas também de meios de produção, pois a interrupção da acumulação do capital aparece, no mercado, como uma insuficiência da demanda global, intermediária e final, e não unicamente dos bens de consumo. Tal como Chesnais já havia escrito, Gill diz que a visão de crise de realização não se diferencia daquelas feitas por Keynes.

À parte essas suas considerações mais teóricas, Gill também contesta, no plano concreto, a existência de um subconsumo e a não utilização dos lucros das empresas em investimentos. Para isso se vale de um artigo do *The Economist*, que diz que a indústria automobilística enfrenta uma situação de "sobrecapacidade crônica", pois poderia produzir 94 milhões de veículos por ano em escala mundial enquanto que a demanda atinge somente 60 milhões de veículos (sem falar que novas plantas nos BRIC até a pouco estavam sendo planejadas), e que o mesmo estaria ocorrendo na indústria eletrônica. E logo depois pergunta:

"Pode-se conceber esta superprodução geral como a imagem invertida de um subconsumo e caracterizar a crise atual como uma "crise de superprodução por subconsumo relativo dos salários", para retomar a expressão de Alain Bihir? É o contrário que a realidade coloca em evidência. A primeira potência econômica do mundo, os Estados Unidos, (...) foi, nos últimos 15 anos, o lugar da perdulância, não de um subconsumo, em particular de bens importados, que acarretou um déficit crônico de seu balanço com o estrangeiro". (op. cit. 7)

Em relação aos lucros, Gill apresenta, em detalhes, as condições favoráveis aos investimentos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos, na China, o que levou este país, em pouco tempo, à posição de terceira maior economia do mundo (hoje, segunda – nota minha).

Para Gill, tal como Chesnais, essa realidade, somada à superprodução que os dados corroboram, somente levam a duvidar da conclusão de Michel Husson, de que os lucros não estariam sendo reinvestidos.

Em seu texto *Les faux pas d'Alain Bihr, les dérives de Michel Husson*, Gill adiciona outra crítica a Husson. Essa foi feita primeiramente por Chris Harman, em outubro de 2009¹², mas largamente retomada por Gill. A crítica começa por questionar metodologicamente o gráfico da taxa de lucro apresentado por Husson (cuja evolução está em desacordo com outros estudos), pois nele não estão explicitadas as fontes e nem as variáveis que entram em sua definição de taxa de lucro. Daí Harman perguntar se ela se refere ao conjunto das empresas, financeiras e não financeiras, ou somente as sociedades não financeiras; às sociedades incorporadas ou ao conjunto das sociedades; o valor do estoque do capital fixo foi calculado de acordo com seu custo corrente ou segundo seu custo histórico (de aquisição)? É a partir dessas questões e com base em diferentes contribuições, que Gill mostra que a taxa de lucro das empresas não financeiras dos Estados Unidos, que foi calculada com base no custo histórico do capital fixo, não mostra nenhuma tendência à alta, como afirma Husson.

Em dezembro de 2009, Husson refez seus cálculos com base nas contas nacionais dos países (dizendo que a base de dados da Comunidade Européia, anteriormene utilizada, estava incorreta), mas manteve o conjunto das empresas, justificando que se deve raciocinar sobre a economia como um todo, e o valor do capital fixo em custos correntes. Dessa forma, diz Gill, apoiando-se em Andrew Klíman, Husson trabalha com um lucro "inchado", incluindo renda de proprietários, que não são lucros no sentido restrito. Mas, segundo Gill, as impropriedades não parariam aí, pois o lucro que Husson utiliza em seus cálculos consiste do excedente líquido, diminuído das rendas imobiliárias, gerando um "lucro" desprovido de sentido. Por fim, esse autor mostra que a parte do lucro no valor adicionado permaneceu *grosso modo* constante nos Estados Unidos, de 1980 a 2008, com isso questionando um dos aspectos centrais defendidos por Bihr e avalizado por Husson.

A título de conclusão

A interpretação de Michel Husson e da Alain Bihr dos mecanismos encadeadores da crise poderia ser resumida da seguinte forma:

a) a redução dos salários provocada pelo neoliberalismo resultou em uma nova partilha da renda, significativamente favorável aos lucros. Isso seria a expressão de um excesso de mais valia (Bihr, endossado por Husson).

b) o subconsumo dos trabalhadores levou a que os lucros das empresas fossem crescentemente distribuídos, o que gerou o diferencial entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação. Os lucros distribuídos foram utilizados no consumo de luxo e, principalmente, foram aplicados no mercado financeiro.

c) a taxa de lucros das empresas teria retomado sua trajetória a partir de meados dos anos 1980, mas a taxa de acumulação dela se distanciaria de forma crescente.

d) a insuficiência das rendas salariais levou as famílias a se endividarem em proporções excessivas, especialmente junto ao mercado imobiliário, o que deflagrou a crise.

e) o capitalismo estaria vivendo uma crise sistêmica, expressa por sua incapacidade em atender as necessidades da humanidade (Husson).

Para Chesnais, a crise e os traços principais do capitalismo contemporâneo seriam:

uma crise de superprodução, que se seguiu a uma crise financeira.

a acumulação apresentou continuidade nos últimos cinquenta anos, de forma que o neoliberalismo não seria marcado por uma inflexão de sua taxa. A crise de superacumulação dos anos 1974 – 1976, teria se restringido aos Estados Unidos e à Inglaterra. A continuidade da acumulação sob o neoliberalismo deu-se pela ampliação do espaço da ação do capital, em especial na China, bem como pelo aumento da exploração da força de trabalho.

a crise atual, de superprodução, caracteriza-se por uma falta de mais valia e não um excesso.

todas as fontes alimentadoras da financeirização precisam ser integradas à análise e não somente os lucros distribuídos das empresas.

Gill, por sua vez, endossa as conclusões de Chesnais (mas não faz referência a se o capital teria ou não entrado em crise em meados dos anos 1970), e acrescenta:

a) as desproporcionalidades entre os setores e entre a produção e o consumo (de meios de produção e salariais – essa última expressão é minha) são uma constante no capitalismo.

b) a taxa de lucro apresentada por Husson tem problemas metodológicos quanto ao universo das empresas por ele tratado e quanto ao custo do investimento.

Várias são, então, as divergências entre esses dois grupos de autores. No plano concreto, a continuação da pesquisa sobre a evolução da taxa de lucro e da acumulação se faz necessária, o que será feito em outra oportunidade. Para isso não falta material e contribuições a serem consultados.

No plano teórico, contudo, a principal diferença entre esses dois grupos está em caracterizar a crise como de superprodução ou de realização (embora Bihr consiga fazer a mágica de dizer que uma é outra, bem como dizer que o excesso de mais valia é, ao mesmo tempo, falta dela, como se tudo dependesse da perspectiva de como se olha o objeto). De meu ponto de vista, a raiz da crise capitalista deve ser buscada nas condições que determinam a reprodução ampliada do capital, isto é, na sua busca incessante de realizar lucros crescentes. E este se vê restringido quando a massa de mais valia obtida não aumenta em velocidade maior do que o aumento da composição orgânica do capital, iniciando a crise.

Abstract

This article deals with the interpretation of the roots of the world economic crisis, in the conception of Michel Husson, François Chesnais, Alain Bihr and Louis Gill. Its goal is to identify the theoretical foundations that bring about such different interpretation of the crisis by these francophone Marxists, which until now seemed to complement each other in the characterization of the world capitalism.

Key-words: economic crisis; Husson; Chesnais; Bihr; Gill

Bibliografia

- CHESNAIS, François – O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.) – *A finança mundializada, raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. Boitempo, São Paulo, 2005.
- _____ – La récession mondiale : moment, interprétations et enjeux de la crise. In : *Carré Rouge*, n° 39, dezembro de 2008.
- BIHR, Alain. Le triomphe catastrophique du néolibéralisme. In à L'encontre, novembro de 2008a. Disponível em <http://www.alencontre.org/>.
- _____ La croisée des chemins. In: *À l'encontre*, dezembro de 2008b. Disponível em <http://www.alencontre.org/>.
- _____ À propos d'un excès de plus-value. In: *Carré Rouge*, n° 40, abril de 2009. Disponível em <http://www.carre-rouge.org/>.
- DUMÉNIL, G e LÉVY, D. – La finance capitaliste: rapports de production et rapoorts de classe. In : *La finance capitaliste*. Paris, PUF, 2006.
- GILL, Louis – À l'origine des crises: surproduction ou sous-consommation ? In : *Carré Rouge*, n° 40, abril de 2009.
- _____ – Les faux pas d'Alain Bihr, les dérives de Michel Husson. In: *Carré Rouge*, n° 43, março de 2010.
- HARMAN, Chris – Not all Marxism is dogmatism: A reply to Michel Husson. Disponível em <http://www.isj.org.uk/?id=600>.
- HUSSON, Michel – Finance, hyper-concurrence et reproduction du capital. In : *La finance capitaliste*. Paris. PUF, 2006.
- _____ – Le capitalisme toxique. In: *Inprécor*, set.-out., 2008.
- _____ – Les enjeux de la crise. In: *La Brèche*, n° 4, 2008a.
- _____ – Etats-Unis : la fin d'un modèle. In : *La Brèche*, n° 3, 2008b.
- _____ – La trajectoire de la crise. In: *L'école émancipée*, n° 13, set.-out. de 2008c. Disponível em <http://www.ecoleemancipee.org/>.
- _____ ou em <http://www.collectifdu29mai.org/La-trajectoire-de-la-crise-par.html>.
- _____ – The crisis of neo-liberal capitalism. In: *Workers' Liberty*, 2008d. Disponível em <http://www.workersliberty.org/story/2009/01/04/marxist-economists-comment-again-crisis-1-michel-Husson-crisis-neo-liberal-capitali>.
- _____ – Le dogmatisme n'est pas un marxisme. In: *À l'encontre*, junho de 2009. Disponível em http://www.alencontre.org/Economie/CriseHusson06_09.html.
- _____ – Les coûts historiques d'Andrew Kliman, décembre 2009. Disponível em <http://Hussonet.free.fr/histokli.pdf>.

PLIHON, D. – As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, F. (org.) – *A finança mundializada, raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Notas:

¹ Este artigo é parte de um projeto de pesquisa maior sobre as crises no capitalismo.

² Professor da Université de Franche-Comté, na França.

³ Professor aposentado do Departamento de Ciências Econômicas de Quebec, em Montreal.

⁴ A desintermediação financeira consistiu na introdução da concorrência entre os bancos e as demais instituições financeiras, de modo que as funções anteriormente próprias de cada uma passam a ser objeto das atividades de todas. Em outras palavras, a segmentação que fazia os bancos comerciais se especializarem em empréstimos de capital de giro para as empresas, as associações de poupança e empréstimos e os bancos de poupança mútua em crédito hipotecário e as seguradoras em seguro, bem como os fundos de pensão em administrar os recursos de uma futura aposentadoria, entre outros, deixa de ser atributo de somente de uma instituição financeira.

⁵ Os executivos recebiam uma opção de compra de ações, ao preço da data de sua contratação, que poderia ser exercida após um determinado período de trabalho na empresa. Quanto maior fosse a valorização conseguida, maior seria a remuneração devido à diferença entre o preço da opção e o preço de mercado.

⁶ Um dos casos mais emblemáticos foi o da empresa de energia norte-americana ENRON, em 2001, retratado no documentário “Os mais espertos da sala”.

⁷ Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

⁸ Husson afirma que a parte dos salários na renda permaneceu relativamente constante, no período. Em uma série mais longa, contudo, a tendência foi de queda.

⁹ O “valor adicionado” seria o outro nome dado por Bihl ao novo valor incorporado pela ação da força de trabalho no processo produtivo, de forma que a melhora da partilha do mesmo entre o capital e os salários, equivaleria ao aumento da taxa de mais valia (taxa de exploração), nos termos de Marx. Em *À propos d'un excès de plus-value* (2009), o autor diz explicitamente que uma parte do “valor adicionado” restitui a fração do capital que foi adiantado para haver a apropriação da força de trabalho, o que Marx chama a parte variável do capital; a outra parte corresponde ao trabalho excedente que o emprego produtivo da força de trabalho proporciona gratuitamente ao capital, a mais valia.

¹⁰ Chesnais aqui está se referindo a uma expressão utilizada por Michel Husson no artigo *Le capitalisme toxique* (2008), que não foi objeto de estudo nesta pesquisa.

¹¹ Para Chesnais, várias são as fontes que alimentaram a centralização do capital portador de juros: os lucros não reinvestidos das empresas americanas que deu origem aos eurodólares; os juros proveniente da dívida do Terceiro Mundo e dos empréstimos feitos a países em via de industrialização rápida no sudeste da Ásia; as somas acumuladas pelas famílias muito ricas, frutos de especulações bem sucedidas ou de patrimônio; os recursos acumulados pelos fundos de pensão e pelos fundos de aplicação, entre outros.

¹² Este texto não foi aqui analisado. A referência se encontra na bibliografia.